

política



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Políticos gaúchos pelo País



MARCOS OLIVEIRA/AGÊNCIA SENADO/JC

A apuração do 1º turno do pleito de 2026 confirmou a capilaridade de lideranças políticas oriundas do Rio Grande do Sul. Além das vitórias no Executivo - com Otaviano Pivetta eleito governador do Mato Grosso e o Delegado Camargo como vice-governador de Rondônia - e das vagas no Senado conquistadas por Antonio Nicoletti (PL-RR) e Alessandro Vieira (MDB-SE), ao menos 13 outros gaúchos garantiram assentos na Câmara dos Deputados e nas Assembleias Legislativas em todas as regiões do País.

Quatro cadeiras na Câmara dos Deputados

A representação gaúcha na Câmara Federal ganhou reforço em bancadas de outros estados. No Acre, o porto-alegrense Roberto Duarte (Republicanos) garantiu assento em Brasília. O Pará reeleveu o natural de Tenente Portela, Aírton Faleiro (PT), enquanto a jurista porto-alegrense Liana Cirne (PT) conquistou uma vaga por Pernambuco. Em Minas Gerais, a bancada mineira contará com a presença do médico gaúcho Dr. Marcos Vinicius (PT).

Presença nos Legislativos estaduais

A influência política do Estado estendeu-se também às Assembleias Legislativas de Norte a Sul. O Acre elegeu dois gaúchos, Eduardo Ribeiro (PSD) e Tchê (PDT), cenário que se repetiu no Amazonas, com as vitórias de Marcelo Palhano e Zé Ricardo (PT), e em Mato Grosso, com Faissal (Cidadania) e Beto Dois a Um (União). Completam a lista de eleitos pelos parlamentos estaduais Gardel Rolim (PDT), no Ceará; Lissauer Vieira (PL), em Goiás; e Denian Couto (Podemos), no Paraná.

Aumento nas tarifas da CEEE Equatorial

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) realizou, em Porto Alegre, audiência pública para apresentar a proposta de revisão tarifária da CEEE Equatorial. Os índices propostos preveem um efeito médio de 22,31% para os consumidores, sendo 24,24% para a baixa tensão (residências e pequenos comércios) e 15,88% para a alta tensão (indústrias). Segundo a agência reguladora, a pressão nos custos decorre principalmente da “ampliação da base de remuneração e do diferimento tarifário associados aos impactos climáticos no Rio Grande do Sul em 2024”. Os percentuais definitivos de aumento serão deliberados em novembro, com aplicação prevista a partir de 22 de novembro para os 2,03 milhões de clientes da concessionária.

Concessão de hidrovias em debate

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu, em Rio Grande, a segunda sessão presencial da audiência pública para debater a concessão do Sistema Aquaviário Integrado do Sul e Lagoa Mirim (Saip Sul-Mirim). O projeto, pioneiro no País, prevê contrato de 25 anos para gestão, dragagem e modernização de 510 quilômetros de canais e vias navegáveis que dão acesso aos portos de Rio Grande, Pelotas e Porto Alegre, abrangendo a Lagoa dos Patos, o Lago Guaíba e os rios Jacuí, Cai, dos Sinos e Gravataí. O encontro reuniu moradores, operadores e entidades do setor, que apresentaram contribuições e questionamentos sobre o modelo de parceria. As sugestões ao projeto podem ser enviadas por meio de formulário eletrônico até o dia 14 de outubro.

Campanha de Lula deve

Entrevista Especial



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O coordenador de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Edgar Pretto (PT), quer priorizar as “pautas de futuro” no segundo turno da eleição presidencial no Rio Grande do Sul. Isso significa que a campanha do petista vai mudar o enfoque: em vez de citar as obras que formaram o legado do governo federal até agora, a campanha vai apresentar as propostas para os próximos quatro anos.

Isso inclui diversas pautas: a defesa do fim da escala 6X1, que tramita no Congresso Nacional; a elevação do teto do faturamento para os Microempreendedores Individuais (MEI) e a defesa dos programas sociais, como o Bolsa Família, Gás para Todos e Pé de Meia.

Além disso, a campanha de Lula deve adotar uma postura mais ofensiva em relação ao adversário, Flávio Bolsonaro (PL). A ideia é enfatizar a relação do candidato do PL com o ex-banqueiro do Master Daniel Vercaro, além de dimensionar o impacto do corte no orçamento de R\$ 200 bilhões prometido pela equipe econômica de Flávio.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, Edgar Pretto - que concorreu a vice-governador na chapa liderada por Juliana Brizola (PDT), derrotada no primeiro turno - também avaliou a perda de votos de Lula em 25 estados brasileiros (em relação à votação do petista no primeiro turno de 2022). No Rio Grande do Sul, a campanha de Lula deve se concentrar nas 30 maiores cidades gaúchas para recuperar os 6,6% de votos perdidos em relação à última eleição.

Jornal do Comércio - A votação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) diminuiu 6,6% no Rio Grande do Sul no primeiro turno de 2026, em relação ao primeiro turno de 2022. Foi o terceiro estado com maior diminuição. O que causou essa redução?

Edgar Pretto - Tivemos uma

diminuição dos votos do presidente em 25 estados. Em alguns locais, foi menos; em outros, mais. O Rio Grande do Sul foi um dos estados onde mais caiu (o desempenho eleitoral). Pela primeira vez, o PT não esteve na cabeça da chapa que disputou o governo do Estado. Portanto, não tivemos o número 13 nas urnas. Foi uma decisão da direção nacional do PT para alargar um pouco mais a frente de apoio ao presidente Lula aqui. Obviamente, essa não foi a única razão da diminuição dos votos. Mas isso pesou...

JC - Que outros fatores afetaram o desempenho do presidente Lula?

Edgar - Tem toda uma questão política nacional mais de fundo, que também nos atingiu no Rio Grande do Sul. Somos um dos estados que recebeu mais atenção do governo federal, em função da enchente de 2024. Mas a execução das obras depende de todas as esferas: da União, que liberou os recursos (cerca de R\$ 6,6 bilhões); do Estado, que está elaborando os projetos (que foram adaptados para enchentes maiores); e dos municípios. No Rio Grande do Sul, onde as pessoas estão com medo do barulho da chuva, onde as pessoas querem mais tranquilidade, infelizmente as obras não estão saindo do papel. As pessoas têm responsabilizado mais o governo federal por isso.

JC - Na última visita a Porto Alegre, o presidente Lula perguntou ao governador Eduardo Leite (PSD) por que muitas obras ainda não haviam começado. A justificativa foi de que o Palácio Piratini precisou adaptar os projetos aos níveis recorde trazidos pela enchente de 2024. Mesmo assim, o atraso espirrou na

imagem do governo federal?

Edgar - Caiu tudo sobre a União. Também há uma narrativa de que é culpa do governo federal o que está acontecendo no Supremo Tribunal Federal (o envolvimento de ministros do STF com o ex-banqueiro do Master Daniel Vercaro). Obviamente, não é.

JC - O tema do STF deve entrar na pauta do segundo turno?

Edgar - Não temos concordância com o que está acontecendo com membros do Supremo Tribunal Federal. Quem está nesse espaço privilegiado, se não honrar o cargo, precisa pagar pelos seus erros. Defendemos uma reforma no Judiciário há um longo tempo. Vamos deixar claro isso no segundo turno. Além disso, queremos uma reforma política, porque o Congresso Nacional não pode continuar detendo parte do orçamento do Executivo (mais de R\$ 60 bilhões do orçamento de 2026 foram destinados a emendas parlamentares). No governo passado, (o ex-presidente Jair) Bolsonaro (PL, 2019-2022) abdicou de governar e entregou praticamente a chave do cofre para a Câmara dos Deputados e o Senado. Como o presidente Lula não obteve a maioria no Congresso na eleição de 2022, ainda não tivemos a força necessária para fazer essas mudanças. Precisamos fazer isso junto com a mobilização da sociedade.

JC - Alguns aliados do presidente Lula têm defendido que a soberania nacional entre na pauta da campanha, uma vez que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, impôs tarifas aos produtos brasileiros, fez ataques ao Pix e, recentemente, o The Guardian noticiou que ele teria destinado US\$ 1 milhão para ações contra o STF. O



“O eleitorado tem que receber uma mensagem mais clara sobre o que significa defender a nossa soberania”